

FILO
SOFIA

política

CONCEITOS-CHAVE EM FILOSOFIA

IAIN MACKENZIE



CONSELHO EDITORIAL DE FILOSOFIA

Maria Carolina dos Santos Rocha (Presidente). Professora e Doutora em Filosofia Contemporânea pela ESA/Paris e UFRGS/Brasil. Mestre em Sociologia pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS)/Paris.

Fernando José Rodrigues da Rocha. Doutor em Psicolinguística Cognitiva pela Universidade Católica de Louvain, Bélgica, com pós-doutorados em Filosofia nas Universidades de Kassel, Alemanha, Carnegie Mellon, EUA, Católica de Louvain, Bélgica, e Marne-la-Valle, França. Professor Associado do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Nestor Luiz João Beck. Doutor em Teologia pelo Concordia Seminary de Saint Louis, Missouri, EUA, com pós-doutorado em Teologia Sistemática no Instituto de História Europeia em Mainz, Alemanha. Bacharel em Direito. Licenciado em Filosofia. Bolsista da Fundação Alexander von Humboldt, Alemanha.

Roberto Hofmeister Pich. Doutor em Filosofia pela Universidade de Bonn, Alemanha. Professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia pela PUCRS.



M157p Mackenzie, Iain.

Política [recurso eletrônico] : conceitos-chave em filosofia
/ Iain Mackenzie ; tradução: Nestor Luiz Beck. – Dados
eletrônicos. – Porto Alegre : Artmed, 2011.

Editado também como livro impresso em 2011.
ISBN 978-85-363-2581-1

1. Filosofia – Política. I. Título.

CDU 1

Catálogo na publicação: Ana Paula M. Magnus – CRB 10/2052

Política

CONCEITOS-CHAVE EM FILOSOFIA

Iain Mackenzie

Professor de Teoria Política da University of Kent, UK

Consultoria, supervisão e tradução desta edição:

Nestor Luiz João Beck

*Doutor em Teologia pelo Concordia Seminary de Saint Louis, Missouri, EUA,
com pós-doutorado em Teologia Sistemática no Instituto de História Europeia
em Mainz, Alemanha. Bacharel em Direito. Licenciado em Filosofia.*

Bolsista da Fundação Alexander von Humboldt, Alemanha.

Versão impressa
desta obra: 2011



2011

Obra originalmente publicada sob o título *Politics: key concepts in philosophy*
ISBN 978-0-8264-8795-7

© Iain MacKenzie, 2009.

Published by arrangement with the Continuum International Publishing Group.

Capa

Paola Manica

Preparação do original

Edna Calil

Leitura final

Marcelo de Abreu Almeida

Editora Sênior – Ciências Humanas

Mônica Ballejo Canto

Projeto e editoração

Armazém Digital® Editoração Eletrônica – Roberto Carlos Moreira Vieira

Reservados todos os direitos de publicação, em língua portuguesa, à

ARTMED® EDITORA S.A.

Av. Jerônimo de Ornelas, 670 - Santana

90040-340 Porto Alegre RS

Fone (51) 3027-7000 Fax (51) 3027-7070

É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição na Web e outros), sem permissão expressa da Editora.

SÃO PAULO

Av. Embaixador Macedo Soares, 10.735 - Pavilhão 5 - Cond. Espace Center

Vila Anastácio 05095-035 São Paulo SP

Fone (11) 3665-1100 Fax (11) 3667-1333

SAC 0800 703-3444

IMPRESSO NO BRASIL

PRINTED IN BRAZIL

Dedicatória

Este livro é dedicado a todos os familiares, amigos, estudantes e colegas que me têm perguntado o que faço para viver e que se mostraram surpresos, inquietos, intrigados e risonhos quando eu respondo: “filosofia política.” São tantos, na verdade inumeráveis, mas este livro é de fato minha maneira de dizer “muito obrigado” a todos pelas muitas conversas sensacionais que temos tido pelos anos afora: em mesas de restaurante, em bares, em cafés e em salas de aula. O livro é também um convite aberto a todos no sentido de lerem filosofia política por conta própria, na expectativa de se tornarem também filósofos políticos. Como veremos, tornar-se um filósofo político não é em primeira linha tornar-se membro da comunidade acadêmica, mas é explorar ideias políticas no dia a dia, no que quer que se esteja fazendo.

Meus agradecimentos se estendem a John Mullarkey e Caroline Williams, e a todos na Editora Continuum, especialmente a Sarah Campbell e Tom Crick, pelo estímulo, conselho e apoio (como também pelo elevado nível de paciência), na lenta produção desta obra.

Durante a elaboração deste livro, recebi extraordinária ajuda de especialistas, e de coração agradeço a Anna Cutler, Caleb Sivyer e Margin Larsson, pelos judiciosos comentários e pela crítica construtiva. Anna, Kathryn e Sam continuam sendo minha inspiração. Acima de tudo, seu amor e apoio em me ajudarem a concluir este projeto superaram tudo o que se possa razoavelmente esperar. Na redação deste livro, porém, Robin Cutler foi o vento a insuflar-me as velas. Este livro é dedicado a ti, Robin.

Sumário

1. INTRODUÇÃO: O QUE É POLÍTICA?	9
O que é política?	12
Governo, governança e governamentalização	17
Normas e variedades de filosofia política	20
O político e a politicização	26
2. AUTORIDADE E LIBERDADE	29
Autoridade absoluta	31
Limitações à autoridade	41
Liberdade individual	48
Liberdade e vontade geral	50
3. O ESTADO E O PODER	59
O Estado capitalista	60
O Estado patriarcal	69
Três dimensões do poder	75
O poder e a normalização	79
4. JUSTIÇA E IGUALDADE SOCIAL	83
A vida boa	83
Pluralismo de valores	86
Justiça como equidade	90
Justiça como posse de um direito	97
Cuidado e justiça	100
O retorno do bom	105
5. DEMOCRACIA E ORDEM POLÍTICA	111
Democracia e desordem	113
Democracia e o valor da participação política	114
O difícil nascimento da democracia liberal	119
Da democracia representativa à democracia deliberativa	121
Agonismo e ordem política	129

6. CULTURA E CRÍTICA.....	132
Cenário dos debates sobre a cultura	132
O bem primário da filiação a uma cultura	135
Culturas minoritárias e os direitos das mulheres.....	140
Mulheres, cultura e identidade	141
A fusão dos horizontes	146
Intersubjetividade e a política do reconhecimento.....	148
7. CONCLUSÃO: IDENTIDADE, DIFERENÇA E FILOSOFIA POLÍTICA	151
Críticas feministas francesas da identidade.....	153
O problema com o gênero	159
O desafio da diferença	164
Diferença em filosofia política.....	169
Diferença e filosofia política	173
REFERÊNCIAS	176
ÍNDICE.....	180

1

Introdução: o que é política?

Em setembro de 2007, o recém-empossado Primeiro Ministro britânico, Gordon Brown, manifestou o propósito de intensificar as consultas públicas e de realizar “um novo tipo de política” (Brown, 2007). Afirmou que “a política antiga,” baseada no “debate restrito entre o que fazem os Estados e o mercado,” estava corroendo os serviços públicos, as comunidades e as famílias. O governo, dizia ele, requer “a maior amplitude de talentos,” com abrangência que não possa ser contida por divisões político-partidárias. A nova administração, prosseguiu ele, teria como objetivo criar uma “política de objetivos comuns,” que haveria de ultrapassar os limites partidários e, por isso mesmo, de incrementar as ações de base dos cidadãos. Nos dias e semanas que se seguiram ao discurso, manifestaram-se líderes oposicionistas, críticos, cabos eleitorais e politiquinhos, e se pôde constatar, sem ironia alguma, que o debate apresentava ranços de política partidária ultrapassada. Ainda que de extraordinário nada houvesse, pessoas interessadas em política que não se limitavam a dissecar os últimos pronunciamentos dos “nossos líderes,” logo perceberam que o novo tipo de política proposto por Brown fazia ecoar temas da história do pensamento político ocidental tão fortemente que se tinha a impressão de que o próprio sentido de “novo” estaria comprometido. Assim, por exemplo, a ideia de que os talentosos deveriam governar para o bem comum tem origem na *República* de Platão, produzida quatro séculos antes de Cristo, documento que se considera a primeira obra de filosofia política na tradição ocidental. E mais, a proposta de ampliar e aprofundar a participação pública na ação política perpassa toda a tradição cívico-republicana de pensamento político, a qual tem raízes nos tempos de Roma. Da mesma forma, a questão da relação entre Estado e mercado (livre) tem dominado o pensamento político desde o início dos tempos modernos, quando mais não seja porque o seu desenvolvimento

histórico parece indicar o que se poderia chamar, por ora, um alto nível de coevolução. A defesa de John Locke do direito natural à propriedade privada, no segundo dos *Dois Ensaios sobre o Governo*, e o virulento combate de Karl Marx aos efeitos alienantes da propriedade privada, ao longo de sua obra, constituem pontos de referência, sobejamente conhecidos, desse prolongado debate. Esses exemplos nos fazem recordar que pensar sobre política não pode confundir-se com dobrar os joelhos aos mais recentes pronunciamentos políticos. De fato, pensar sobre política é participar de um diálogo que perpassa mais de dois mil anos. Participar desse diálogo é compreender que a política não se restringe a querelas político-partidárias. Em última análise, procurar entender o que se está dizendo nesse diálogo e nele contribuir pessoalmente é começar a filosofar sobre política. Assim sendo, o propósito deste livro é simples: encorajá-lo, leitor, a participar desse diálogo da filosofia política.

Filosofar sobre política significa pensar além do vaivém cotidiano das opiniões políticas, mas também cabe dizer que a filosofia política precisa manter os pés firmados no solo das questões, movimentos e debates contemporâneos. Em certo sentido, é essa conexão com acontecimentos que estão ocorrendo e o desejo de entender o movimento constante das dunas da nossa vida coletiva que coloca a política na filosofia política. Muito embora o discurso de Brown se tenha referido (sem disso dar-se conta?) aos problemas perenes da filosofia política, precisa ser apreciado também como resposta a questões sociais e políticas que teriam deixado perplexas muitas das maiores figuras da história das ideias políticas. A ênfase de Brown no valor intrínseco da comunidade, apesar da rica consonância com escritos de autores clássicos, precisa ser entendida também como resposta aos prementes problemas do presente, que resultam de novos fenômenos, como, por exemplo, o multiculturalismo, as mudanças climáticas e o terrorismo (para lembrar apenas três). É importante, portanto, nos darmos conta de que a filosofia política, ainda que interlocução com os clássicos, é, e precisa ser também, uma troca de ideias com a nossa própria época, nossa situação presente e nosso próprio meio político. A consciência desse fato, creio eu, nos deixará mais à vontade com a ideia de que tenhamos também nós algo a dizer aos nossos interlocutores nessa conversa.

Essa é uma das maneiras de apreciar as riquezas que há no pensamento político contemporâneo. Filósofos políticos contemporâneos relacionam novas questões a definições antigas, colocam conceitos antigos sob a luz de novos problemas, criam novos conceitos para novos problemas e fazem

muito mais ainda. Temos, como exemplos: o enfoque criativo de John Rawls da teoria da justiça que precisa confrontar-se com as exigências de opções igualmente razoáveis, embora distintas, da vida boa; a intrincada análise de Michael Foucault do modo como as redes de poder operam na sociedade para “disciplinar” e “normalizar” nossa conduta; o trabalho pioneiro de Judith Butler sobre a construção social da diferença sexual. Como se pode observar, a filosofia política contemporânea está viva e bem disposta, defrontando-se com novas maneiras de refletir sobre problemas clássicos, com uma amplitude de novos problemas recém-identificados, além de paradigmas teóricos inovadores.

Mesmo reconhecendo que os filósofos políticos precisam ocupar-se tanto do novo como do perene, ainda assim poderá alegar-se que essa é ainda uma maneira muito abstrata de conceber a tarefa da filosofia política. Retornando aos clássicos por alguns instantes, podemos constatar que, muito embora alguns percebam a filosofia política de maneira, *grosso modo*, platônica, visualizando a filosofia como a plataforma a partir da qual a política precisa ser entendida e conduzida, também há aqueles de impulso mais maquiavélico, os quais tenderiam a afirmar que convém encarar a política sem a perturbadora e perigosa distração de filosofar sobre verdades eternas e “repúblicas imaginárias.” Para o filósofo político “realista,” a tarefa consiste simplesmente em evidenciar como a vida política funciona, em vez de tentar mostrar como deveria ser. O enfoque platônico da filosofia política, poderia alegar-se, subordina a política à filosofia; o realismo de Maquiavel, por outra parte, destrona a filosofia em nome do pragmatismo político. Abordando esse tema, que à vista de suas implicações profundamente complicadas não tornarei a discutir seriamente neste livro, gostaria de prevenir contra conceber-se a relação entre política e filosofia como sendo a de uma hierarquia, pouco importando qual delas seja colocada no topo. Embora aceitando que os filósofos políticos devam de fato investigar a natureza filosófica da política, ainda assim devemos reconhecer que eles precisam ocupar-se também de como a vida política influencia a natureza das questões filosóficas que levantamos. Assim sendo, podemos afirmar que refletir sobre a *relação* entre “verdades (alegadamente) eternas da vida política” e a “vida política de verdades (que podem ser ou não) eternas” é fundamentalmente *o que fazemos* quando nos dedicamos à filosofia política. Em resumo, a filosofia política constitui-se em negociação entre as exigências (muitas vezes conflitantes) de filosofar sobre a vida política e de politizar essas próprias exigências filosóficas. É o vaivém dessa negociação que proporciona a

ligação subterrânea à corrente de definições conceituais, debates e pensadores que aparecem ao longo do livro, uma corrente que procura trazê-lo à praia dos imensos oceanos da filosofia política.

O QUE É POLÍTICA?

Para começar com essa questão espinhosa, encaramos política como um tipo de atividade humana, como algo que nós, seres humanos, fazemos. Com certeza poder-se-á contestar essa posição. Por exemplo, pode ser que alguns dos primatas mais desenvolvidos também apresentem o que poderíamos chamar de comportamento político (de Waal, 1982). Pode também ser que, em geral, a natureza possua valor intrínseco e como tal “apresente exigências” quanto à maneira de nos comportarmos, de forma que tenhamos o dever de respeitar a natureza – particularmente para assegurar a sobrevivência – não só para o nosso proveito próprio, mas porque a natureza em si é merecedora desse respeito (Naess, 1989). Essas são questões importantes, que, sem dúvida, têm produzido uma quantidade respeitável de filosofia política inovadora. De momento, porém, podem ser postas de lado para que possamos enfocar a dimensão humana da política. Afora isso, quando tivermos compreendido alguns dos principais pressupostos humanistas que impulsionam a filosofia política, estaremos em melhores condições de questionar e testar tais pressupostos. (Haverá traços dessa matéria ao longo do livro, quando se questionar, em especial, a ideia de haver uma “natureza humana” que se possa definir.)

Se concebemos política como atividade humana, que espécie de atividade será? Em primeiro lugar, nós visualizamos política como algo que fazemos em conjunto. Estando o indivíduo sozinho, na ilha deserta que tantas vezes imaginamos, dele não se diria que pudesse estar envolvido em atividade política, porque, simplesmente, não teria com quem interagir. Política, ao que tudo indica, requer duas pessoas ao menos. Isso posto, nem toda interação humana constitui o que tipicamente entendemos como atividade política (a presença de duas pessoas, portanto, é condição *necessária*, porém não *suficiente* para a existência de atividade política). Entretanto, apenas para dar uma indicação do quanto filósofos políticos tendem a divergir, ao apresentar o assunto dessa maneira já estou divergindo de uma formulação de Adrian Leftwich. De acordo com Leftwich, “a política constitui um aspecto universal e difuso do comportamento humano e que ocorre sempre que dois ou mais seres humanos estejam en-

gajados em alguma atividade coletiva, quer seja ela formal ou informal, pública ou privada” (2004: 100). Quero crer que a lista de outras formas, não políticas, de atividade humana coletiva seja bastante longa, incluindo, por exemplo, a arte, a doação de presentes, o amor, as “relações sexuais” (para usar a frase que Bill Clinton manchou para sempre), o culto, os esportes, a construção, e assim por diante. Não está claro, portanto, que duas pessoas em alguma imaginária ilha deserta estariam *necessariamente* envolvidas em atividade política. Ainda assim, se imaginarmos que estejam envolvidos em atividade política, teremos que perguntar que tipo de interação deveria ser para consistir em interação *política*. Geralmente imaginamos que resultaria política quando os dois ilhéus tivessem de acertar algum conflito de interesses. Poderiam estar divergindo quanto à melhor maneira de distribuir os recursos da ilha, ou sobre a forma de repartir a ilha para que cada um pudesse considerar sua uma das partes. Ao surgirem divergências assim, vamos dizer que a solução dos problemas envolvidos será, muito provavelmente, o resultado de uma atividade que costumamos caracterizar como política – por exemplo, de algum debate e discussão sobre como deveriam resolver o seu choque de interesses.

Precisamos, porém, tomar cuidado, mesmo com essas observações preliminares. Podemos imaginar várias maneiras de solucionar disputas, entre as quais estão a violência, o jogo de “cara ou coroa”, ou talvez adivinhar a solução a partir das entranhas de um animal. **Atividade política, ao que parece, é um modo particular de alcançar consenso onde há divergência com impacto sobre outras pessoas.** Supõe que os envolvidos – inclusive os nossos ilhéus da ilha deserta – não estejam apenas procurando satisfazer seus interesses imediatos, mas estejam engajados num processo que visa a estabelecer um conjunto de normas e padrões que ajude a resolver disputas futuras. Esse enfoque da natureza da política está muito bem apanhado na definição de Bernard Crick: **“Política é a atividade pela qual interesses divergentes no âmbito de uma unidade de governo podem ser reconciliados pela atribuição de participação no poder, em medida proporcional à sua importância para o bem-estar e a sobrevivência de toda a comunidade”** (1964:21). Embora se tenha aí o reconhecimento da necessidade do “bem-estar” e da “sobrevivência” de “toda a comunidade,” está levedente a suposição de Crick de que se faz política quando ocorrem divergências e conflitos, e que a política consiste na arte de resolver esses conflitos de forma apropriada, ou seja, sem recorrer à violência ou tirania.

Dito isso, precisamos tomar cuidado para não supor, apressadamente, que a política tenha a solução de conflitos como razão de ser. Não será

a política um empreendimento muito mais cooperativo, de forma que a atividade política seja antes e acima de tudo uma maneira de conjugar grupos de pessoas com interesses comuns? Ao invés de pressupor divergência e conflito, pode ser que a melhor maneira de pensar a política seja a busca do bem comum. Pode ser que os nossos dois ilhéus da ilha deserta se dediquem à política por entenderem que ambos consideram muito valiosa a liberdade e que, desde logo, foi isso que os trouxe à ilha. A tarefa política, portanto, não consiste primordialmente em resolver alguma divergência relativa a recursos, mas visa a expressar o seu sentido comum da “boa vida”, da maneira mais rica e completa. Esse é um enfoque que reúne uma variedade de pensadores políticos, desde Aristóteles e Jean-Jacques Rousseau até Hannah Arendt. Na filosofia política recente, pensadores de tendências comunitárias têm defendido essa noção com o maior vigor. No poderoso artigo “A República do Processo e a Mente Liberada” (1984), Michael Sandel argumenta que a presunção individualista liberal de que sejamos seres que divergem com respeito ao que, em última análise, é valioso em nossa vida coletiva e quanto ao aparato legal que compreende o direito do indivíduo à sua própria versão da vida boa, na verdade produziu uma cultura política distorcida e fragmentada, especialmente nos Estados Unidos, que é incapaz de expressar os laços mais profundos que (precariamente) a mantém unida. Nessa perspectiva, política é uma atividade que pressupõe não divergência, mas cooperação e a busca da “boa vida”, na qual podem alistar-se todos os cidadãos.

Essa divisão entre conflito e cooperação não esgota nosso jeito de pensar sobre a política. Não se pode escamotear que chegamos a essas definições preliminares de política por meio de um processo de raciocínio exposto à controvérsia. A constatação, aparentemente óbvia, de que política supõe ao menos duas pessoas – que estejam em acordo ou divergindo entre si – foi estabelecida com a ajuda de um exemplo bastante abstrato, a ilha deserta. Evocando, porém, os comentários iniciais sobre a relação entre política e filosofia, precisamos dar-nos conta do perigo de dependermos excessivamente de tais abstrações nada reais. Para começar, escamoteamos o fato de que os indivíduos na ilha deserta são seres políticos desde sempre. É assim porque precisamos supor que sejam capazes de negociar até chegarem a um acordo sobre os seus recursos e outras prioridades: uma habilidade de negociar que pressupõe que os indivíduos em questão já estejam imbuídos de uma longa lista de capacidades, atributos, valores e cuidados, a maioria dos quais involucrados na linguagem que usam. A linguagem, com certeza, não é um veículo neutro de

informações, mas é “desde sempre” (para usar uma expressão preferida dos filósofos políticos pós-modernos) portadora de ideias e preconceitos. Por conseguinte, nossos ilhéus imaginários já estão politizados, mesmo antes de começarem a negociar a respeito das normas da sua interação, *independentemente* de o ser na base de conflito ou de cooperação. Nesse sentido, eu divirjo de Leftwich também quando afirma que “somente um tipo como Robinson Crusoe está remoto da política” (2004:100), em razão de que mesmo Robinson Crusoe havia absorvido muitos preconceitos e predileções antes de chegar à ilha como náufrago. Pode haver muitos tipos de interação humana, das quais a política é uma espécie apenas, mas também é verdade que nós já somos sempre seres políticos quando lidamos uns com os outros.

Não há contradição entre essas duas assertivas. Nem toda interação humana é política *per se*, mas em razão de sermos desde sempre seres políticos (em muitos sentidos, mas acima de tudo pela linguagem que usamos), tudo o que fazemos tem condições, em princípio, de ser politizado. Assim, por exemplo, nossos ilhéus da ilha deserta podem ter a felicidade de encontrar na praia uma bola de tênis trazida pelas ondas. Cabe supor que possam jogar a bola um para o outro de maneira que não represente atividade política. Com certeza, se um deles jogar a bola de forma que possa danificá-la, poderão decidir-se a empreender uma discussão política sobre esse precioso impasse. Nessa altura, jogar a bola tornou-se uma questão política, e eles, sem dúvida, vão recorrer aos seus valores e interesses intrínsecos para garantir uma solução ao problema, o que não significa que a ação inicial ou mesmo a ação subsequente de jogar a bola tenha de ser descrita como interação política.

Outra questão relativa à representação da política a partir da imagem da ilha deserta pode esclarecer o que está em jogo nesse delicado equilíbrio entre a natureza universal e particular da interação política. Que imagem tens na mente quando representas os ilhéus da ilha deserta? Atrevo-me a dizer que a maioria dos leitores (se forem parecidos com os estudantes com os quais tenho discutido a matéria em seminários) supõe que ambos os ilhéus sejam do sexo masculino. Isso se explica, em parte, pela penetração cultural das personagens de Robinson Crusoe e do homem Sexta-Feira. Ainda assim, se estamos imaginando que sejam homens, existe a perigosa possibilidade de que um conjunto significativo de pressupostos relativos ao sexo esteja incorporado ao nosso ponto de partida alegadamente neutro e abstrato. Isso não é uma questão menor, visto que muitas das abstrações basilares no pensamento político – destacando-se a

ideia do estado natural (Capítulo 2) – estão baseadas numa série de preconceitos relativos às formas masculinas de atividade e raciocínio (Coole, 1993). Acima e além de preconceitos e preferências pessoais incorporados ao nosso uso da linguagem, por exemplo, poderá haver ideias entrançadas profundamente em nossa visão do mundo, a ponto de constituírem parte da *estrutura* de uma determinada sociedade. A linguagem é, sem dúvida, um dos principais portadores de tais aspectos estruturais da nossa identidade, e tudo indica que embora usemos a linguagem para expressar nossos pensamentos a respeito uns dos outros e do mundo (e podem ser pensamentos políticos), os próprios pensamentos decorrem, em boa medida, dos alicerces e das estruturas que determinam quem pensamos que somos. O exemplo da ilha deserta pouco contribui para esclarecer essa dimensão estrutural da nossa interação política. (A propósito, estás supondo que os ilhéus da ilha deserta sejam adultos? O que se passa se forem crianças? Que tal se Robinson Crusoe fosse negro, deficiente ou transexual? Ou tudo isso ao mesmo tempo e mais ainda?)

Na verdade, a pretensão de definir política por meio do exemplo da ilha deserta constitui uma tentativa de privilegiar certa concepção da vida política: a concepção de que política tem a ver com interações de pessoas “maduras” (e racionais). Entretanto, se considerarmos a linguagem e a cultura, então as nossas concepções de sexo, fisicalidade, sexualidade e muitas outras mais precisam ser reconhecidas como fenômenos desde logo políticos, e se torna problemático afirmar que interação política seja simplesmente o que se passa entre os indivíduos. Ainda que a política ocorra entre pessoas, tudo indica que ocorra também “pelas costas” desses indivíduos. Podemos perceber agora que política tem a ver não só com discordâncias sobre se política trata da resolução de conflitos ou da cooperação em prol de valores comuns, mas tem a ver com quem somos: será que “nós” somos *agentes* individuais em controle dos próprios interesses, desejos, valores, costumes, e assim por diante, ou será que “nós” somos indivíduos profundamente moldados pela maneira como essas coisas são transmitidas em termos da prática e *estrutura* social.

Em torno dessas observações introdutórias pode consolidar-se agora um dos problemas centrais da filosofia política. O problema que há em tentar compreender política é que as definições que estabelecemos tendem a trazer de contrabando pressupostos que são, eles próprios, politicamente questionáveis. Dito de outra maneira, o jeito de se definir política tende a apresentar, também ele, uma dimensão política. Em termos

mais fortes, a própria definição de política é necessariamente política. À medida que examinarmos diferentes conceitos, teorias e pensadores, veremos como esse problema se manifesta. Entretanto, para começar, faz bem saber que, ao divergirem sobre qualquer coisa, muitas vezes filósofos políticos estão divergindo sobre como definir política (ainda que não o declarem expressamente).

Temos agora maior clareza quanto à definição de política? Talvez não, muito embora tenhamos avançado bastante no sentido de uma compreensão mais clara de um dos problemas centrais da filosofia política. Este será um tema recorrente do livro: em filosofia política, estamos sempre lutando por soluções definitivas para os problemas que levantamos, mas a luta (geralmente) vale a pena porque nos força (em última análise) a levantar perguntas mais pertinentes acerca de nós mesmos e do mundo em que estamos morando. Dito isso, independentemente de se priorizar ora o conflito, ora a conciliação ou a cooperação, ou ainda a decisão coletiva, podemos perceber que política tem algo a ver com a maneira como somos *governados por normas*. Além disso, quer essas normas sejam alcançadas mediante o consenso de agentes mais ou menos racionais, quer estejam imbricadas profundamente em estruturas sociais como a linguagem, política é uma modalidade de atividade humana que resulta, ou se expressa em *interação humana governada por normas*. **Filosofia política é a tentativa de compreender a natureza e o valor de tal interação regida por normas.** Retornaremos às normas mais adiante nessa introdução. Antes disso, daremos um outro passo para chegar a perguntas mais pertinentes sobre política, ao refletirmos sobre o que significa *governar*.

GOVERNO, GOVERNANÇA E GOVERNAMENTALIZAÇÃO

“Governar” é um verbo que tem vários sentidos, dependendo do contexto em que é usado. Significa geralmente uma forma de controle ou influência sobre uma pessoa ou um povo no âmbito de um território com vistas a orientar a conduta da pessoa ou do povo no âmbito desse mesmo território. Podemos evocar a figura das “governantas” da época vitoriana, e de como se lhes confiava a educação e disciplina das crianças sob seu cuidado no lar.

O termo “governo,” da mesma forma, tem um sentido amplo. Pode significar: